



FAXINFORME

CLIPPING

Diário de Notícias

Tiragem: 54.326

Área: 766cm²/ 40%

Diário de Notícias



Data: 16.05.2012

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

FOTO

Cores: 4 Cores Pág:1;18

Chefe de 'gangue do multibanco' milionário em dois anos

ROUBOS Carlos Ramos é conhecido das autoridades como líder do "gangue do multibanco". Em dezenas de roubos terá amealhado mais de dois milhões de euros. Em abril, o homem de 28 anos foi condenado a cinco anos de cadeia e agora enfrenta novo processo. **PAÍS** PÁG. 18

**FAXINFORME**

CLIPPING

Diário de Notícias

Tiragem: 54.326

Área: 766cm²/ 40%

Diário de Notícias



Data: 16.05.2012

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

FOTO

Cores: 4 Cores Pág: 1; 18

Líder do gangue do multibanco volta a ser acusado

Roubos. Carlos Ramos, que arrecadou mais de dois milhões de euros em dezenas de assaltos, já estava condenado a pena de cinco anos

LICÍNIO LIMA

Carlos Ramos, líder do famoso gangue do multibanco, que ao longo de dois anos arrecadou mais de dois milhões de euros em assaltos a ATM na margem sul do Tejo, pelo método de explosão a gás, voltou a ser acusado pelo Ministério Público (MP). Em causa, desta vez, está o rebentamento levado a cabo na ATM de Pinhal Novo, em 9 de novembro de 2011. O arguido já tinha sido condenado em abril deste ano a uma pena de cinco anos e dois meses de prisão pela prática do mesmo tipo de crimes.

A acusação do MP, além de Carlos Ramos, de 28 anos, é também dirigida contra Bruno Araújo, da mesma idade, por crimes de falsificação, furto qualificado e de explosão na forma consumada. Um terceiro elemento, também envolvido no rebentamento da ATM, de onde foram roubados 10 330 euros, foi ilibado pelo MP por se considerar que a sua participação se deveu a “um estado de necessidade desculpante” (*ver caixa*).

Tratou-se de uma investigação da Unidade contra o Crime Especialmente Violento, do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa. Esta unidade, apoiada por operacionais da GNR, já em julho de 2009 tinha desmantelado o grupo, na altura constituído por 15 elementos liderados por Carlos Ramos. As suas movimentações eram conhecidas

das autoridades sobretudo pelo recurso sistemático ao gás acetileno para fazer explodir as ATM. Geralmente provocavam muitos estragos. Estima-se que entre 2007 e 2009 tenham roubado mais de dois milhões de euros.

Mas, submetidos a julgamento em 2010, 11 dos 12 arguidos, entre eles Carlos Ramos, acabariam absolvidos. A decisão, contudo, foi “reprovada” pelo Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), que mandou repetir a produção de prova. Os juízes desembargadores entenderam que o primeiro julgamento “foi gravemente lesivo dos interesses e expectativas das vítimas e corrosivo para a imagem de uma Justiça que tem vivido um dos seus piores momentos”.

Da segunda vez, com decisão conhecida em abril, só quatro arguidos foram absolvidos. Carlos Ramos foi condenado a uma pena de cinco anos de dois meses. Com ele foi também condenado Óscar Gonçalves, um ex-operacional das FP-25 (Forças Populares 25 de Abril) e a sua companheira, Sandra Carvalho, a penas suspensas de um ano e seis meses e de dois anos, respetivamente, pelo crime de coautoria em associação criminosa. O tribunal aplicou ainda a pena única de oito anos e sete meses a Marco Silva, que se encontra em liberdade, e de oito anos e quatro meses a Jonny Pinho, detido ao

abrigo de outro processo.

Foi no seguimento da primeira absolvição que Carlos Ramos protagonizou, com Bruno Araújo e Helder Mansos, o assalto à ATM de Pinhal Novo. Uns dias antes (*ver texto abaixo*) a GNR recebera a informação de que aquele crime se iria realizar. Mas nada fez.

Pelas 05.42 do dia 9 de novembro, os arguidos Carlos Ramos e Bruno Araújo, no carro do pai deste, dirigiram-se à caixa ATM do Barclays. O terceiro elemento ficou a vigiar. Para a prática do crime, injetaram gás acetileno pela ranhura das notas, colocaram um cabo elétrico no mesmo orifício e, decorrido cerca de um minuto, ligaram o mesmo cabo a uma bateria elétrica, provocando a ignição do gás e, deste modo, a explosão da ATM com 10 330 euros.

A denúncia, uns dias antes, especificava em detalhe as pessoas envolvidas no assalto e o modo de atuação. Daí que não foi difícil para a GNR, a 13 de novembro, deter os três suspeitos. Mas, depois, surgiram duas estruturas do MP a concorrer entre si para ficar com a investigação do crime: o DIAP e o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP). O procurador-geral da República teve de intervir (*ver texto abaixo*). **com Carlos Lima**



FAXINFORME

CLIPPING

Diário de Notícias

Tiragem: 54.326

Área: 766cm²/ 40%

Data: 16.05.2012

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

FOTO

Cores: 4 Cores Pág:1;18

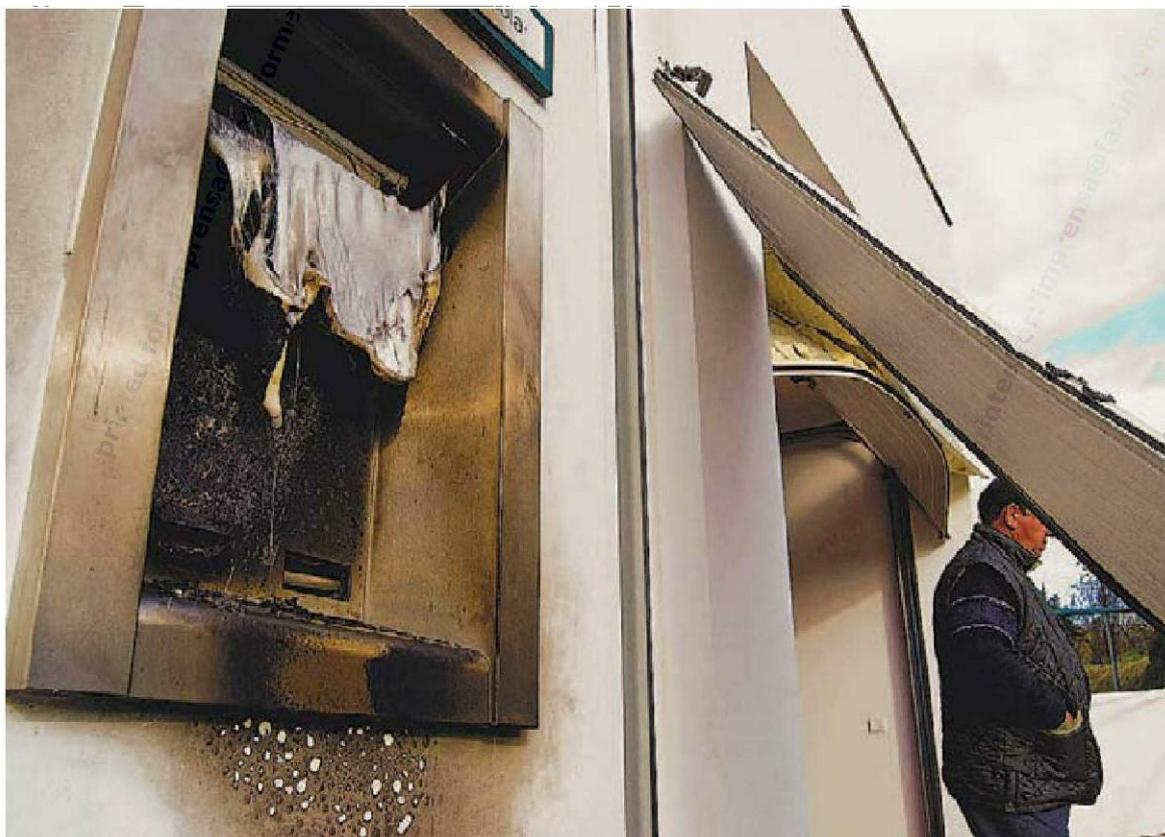


ILIBADO

Arguido em estado de necessidade desculpante

› O Ministério Público (MP) ilibou um dos arguidos envolvido no assalto à ATM de Pinhal Novo, a 9 de novembro, por considerar que atuou num “estado de necessidade desculpante”. Por isso, decidiu pelo arquivamento de todos os indícios de participação no crime. Segundo a acusação, Helder Mansos apenas fazia o que lhe era mandado por Bruno Araújo, um dos dois outros arguidos, que, inclusiva-

mente, o agredia com frequência, ao ponto de uma vez o ter ameaçado de morte com uma arma encostada à cabeça. O MP explicou ainda que Helder Mansos realizava pequenos trabalhos para Bruno Araújo, que nunca lhe pagou, dando-lhe apenas “dinheiro para tabaco” e permitia que ficasse a dormir em sua casa. Para o MP, Helder Mansos apenas participou no assalto por ter medo do amigo.



Grupo criminoso injetava gás acetileno pela ranhura das notas para fazer explodir as caixas ATM

**FAXINFORME****CLIPPING****Diário de Notícias****Tiragem:** 54.326**Área:** 766cm²/ 40%**Diário de Notícias****Data:** 16.05.2012**Tipo:** Jornal Nacional Diário**Secção:** Destaque**FOTO****Cores:** 4 Cores **Pág:** 1; 18

O caso que abriu um conflito entre magistradas do MP

POLÉMICA As investigações aos crimes de assalto às ATM provocou uma guerra acesa entre procuradoras do Ministério Público

O assalto à caixa ATM de Pinhal Novo, a 9 de novembro, abriu um conflito entre o Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, e o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) – ambas entidades do Ministério Público. Ou seja, de um lado Cândida Almeida, diretora do DCIAP e, do outro, Cândida Vilar, que lidera a Unidade Especial de Combate ao Crime Violento no DIAP. Ambas as magistradas consideram que os assaltos às ATM são crimes de investigação reservada aos seus departamentos.

No caso de Pinhal Novo, quem levou a sua avante acabou por ser Cândida Vilar, mas só depois da intervenção do procurador-geral da República (PGR). A reunião decorreu no início deste ano: de um lado Cândida Almeida e a Polícia Judiciária (PJ), que estavam a levar a

cabo investigações contra gangues do ATM, e, do outro, Maria José Morgado, diretora do DIAP de Lisboa, e Cândida Vilar, que prenderam a 13 de novembro os três suspeitos de Pinhal Novo. Estas últimas magistradas pretendiam que o DCIAP enviasse para os processos do DIAP um fio de cobre e uma bateria apreendidos pela PJ aos suspeitos. O PGR deu-lhes razão e ordenou a remessa das provas, mas “a título devolutivo”. Ou seja, vão, mas voltam ao DCIAP.

Quanto ao conflito de “jurisdições” em si, Pinto Monteiro também decidiu: encarregou a vice-procuradora-geral, Isabel de São Marcos, de resolver o caso.

Para agudizar ainda mais este conflito, aconteceu que, a 4 de novembro, uns dias antes do assalto em Pinhal Novo, a GNR recebeu uma informação que dava conta da possibilidade de aquela ocorrência vir a concretizar-se, tal como se concretizou, sem que nada se tenha feito para o evitar.

O informador, segundo o auto elaborado, adiantou o dia exato,

assim como outros pormenores: “O denunciante declarou ainda que os indivíduos são muito conhecidos e identifica-os como sendo Bruno Araújo e Carlos Ramos, da Churrasqueira General Frango.” O mesmo informador chegou a adiantar ainda a marca do carro utilizado, dizendo que ambos “iriam mais uma vez, como é hábito, usar botijas de gás”.

Esta denúncia terá sido enviada para o DIAP de Lisboa. Mas, depois, quando se deu o assalto, a 9 de novembro, a mesma GNR enviou o auto de notícia, não para o DIAP de Lisboa, mas para o MP de Setúbal. Ou seja, nem os órgãos de polícia criminal (OPC) conhecem os procedimentos corretos.

Este conflitos estão longe de estarem sanados. Recentemente, várias pessoas ligadas à PJ lamentavam que o DCIAP tivesse requisitado a GNR para fazer buscas no Governo Regional da Madeira, argumentando que a judiciária é, por excelência, a polícia de investigação criminal.